

Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 30 de junho de 2015, o total de Ativos somava R\$ 84,7 bilhões, destacando-se R\$ 48,1 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 3,5 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de aplicações estava representado por R\$ 77,8 bilhões de Debêntures e R\$ 107,9 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 2,8 bilhões. A Instituição possuía 479.677.626 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 15,8 bilhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no semestre, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2015	2014
ATIVO		
CIRCULANTE	77.725.183	76.034.338
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	8.334	6.930
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	48.088.650	59.404.214
Aplicações no Mercado Aberto	26.137.263	29.124.507
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.951.387	30.279.707
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	29.458.075	16.497.761
Carteira Própria	29.396.966	15.820.720
Vinculados à Prestação de Garantias	61.109	677.041
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(69.246)	(132.241)
Operações de Arrendamentos a Receber:		
- Setor Privado	1.600.572	2.108.932
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.540.424)	(2.038.278)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(129.394)	(202.895)
OUTROS CRÉDITOS	207.439	209.672
Rendas a Receber (Nota 8a)	-	12
Diversos (Nota 8b)	207.439	209.748
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(88)
OUTROS VALORES E BENS	31.931	48.002
Outros Valores e Bens	86.387	109.959
Provisões para Desvalorizações	(54.456)	(61.957)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	659.779	1.067.598
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	854	476.697
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	854	476.697
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(82.197)	(146.305)
Operações de Arrendamentos a Receber:		
- Setor Privado	1.812.255	2.503.823
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.811.864)	(2.503.314)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(92.588)	(148.814)
OUTROS CRÉDITOS	740.588	736.526
Diversos (Nota 8b)	740.588	736.526
OUTROS VALORES E BENS	534	680
Despesas Antecipadas	534	680
PERMANENTE	6.292.240	7.838.983
INVESTIMENTOS (Nota 9)	52.274	48.820
Participações em Coligadas:		
- No País	45.459	42.005
Outros Investimentos	26.394	26.394
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	3.375	4.269
Imóveis de Uso	25.056	25.056
Outras Imobilizações de Uso	155	155
Depreciações Acumuladas	(21.836)	(20.942)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7i e 10)	6.236.591	7.785.894
Bens Arrendados	9.525.982	11.622.303
Depreciações Acumuladas	(3.289.391)	(3.836.409)
TOTAL	84.677.202	84.940.919

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Própria	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2013	2.290.000	209.537	2.064.131	9	-	4.563.677
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	8	-	8
Dividendos Declarados	-	-	(1.803.000)	-	-	(1.803.000)
Lucro Líquido	-	-	-	-	181.464	181.464
Destinações: - Reservas	-	9.073	129.293	-	(138.366)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(43.098)	(43.098)
Saldos em 30.6.2014	2.290.000	218.610	390.424	17	-	2.899.051
Saldos em 31.12.2014	2.290.000	229.514	463.711	-	-	2.983.225
Lucro Líquido	-	-	-	-	84.913	84.913
Destinações: - Reservas	-	4.246	53.967	-	(58.213)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(26.700)	(26.700)
Saldos em 30.6.2015	2.290.000	233.760	517.678	-	-	3.041.438

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	5.250.614	5.250.614
Operações de Crédito (Nota 7g)	33.705	45.626
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	1.206.257	1.514.651
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	4.396.864	3.690.337
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(5.409.801)	(4.885.994)
Operações de Captações no Mercado (Nota 11a)	(4.440.787)	(3.679.911)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	(1.884)	(3.458)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	(980.050)	(1.229.213)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	12.920	26.588
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	227.025	364.620
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(67.324)	(41.917)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(25.593)	(19.241)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(23.357)	(20.491)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.822	1.496
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	40.563	30.386
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(34.367)	(60.759)
RESULTADO OPERACIONAL	159.701	322.703
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(18.972)	(18.633)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	140.729	304.070
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(55.816)	(122.606)
LUCRO LÍQUIDO	84.913	181.464
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	3.625,35	7.747,59

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	140.729	304.070
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	952.210	1.195.789
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.920)	(26.588)
Depreciações e Amortizações	785.021	1.033.061
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	12.513	9.858
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.496)	(1.496)
Perda na Alienação de Bens Não de Uso Próprio	149.256	161.345
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	6.090	1.848
Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.092.939	1.499.859
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.233.323	(8.889.471)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.640.241)	(294.536)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	6.218	(47.310)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	2.510	20.257
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(36.330)	(18.804)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(153.682)	(59.320)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(93.725)	(119.585)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	10.411.012	(7.908.910)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(507.632)	(1.065.712)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	323.180	426.910
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(28.565)	(27.301)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	16.196	8.868
Dividendos Recebidos	30	21
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(196.791)	(657.214)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	(5.088.847)	3.673.547
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(22.695)	(1.981.500)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(5.111.542)	1.692.047
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.102.679	(6.874.077)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	8.727.049	16.044.560
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	13.829.728	9.170.483
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.102.679	(6.874.077)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
Descrição	2015	%	2014		%
			2014	%	
1 - RECEITAS	5.610.578	3.419,3	5.254.888	1.619,1	
1.1) Intermediação Financeira	5.636.826	3.435,3	5.250.614	1.617,8	
1.2) Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.920	7,9	26.588	8,2	
1.3) Outras	(39.168)	(23,9)	(22.314)	(6,9)	
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(5.422.721)	(3.304,8)	(4.912.582)	(1.513,6)	
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(25.146)	(15,3)	(18.794)	(5,7)	
Serviços Técnicos Especializados	(11.498)	(6,9)	(5.006)	(1,5)	
Jurídicas Processuais	(7.971)	(4,9)	(8.601)	(2,4)	
Serviços do Sistema Financeiro	(2.676)	(1,6)	(1.176)	(0,8)	
Processamento de Dados	(1.171)	(0,7)	(756)	(0,2)	
Aprensão de Bens	(997)	(0,6)	(2.097)	(0,6)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(577)	(0,4)	(117)	-	
Serviços de Terceiros	(100)	(0,1)	(187)	(0,1)	
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(42)	(0,0)	(708)	(0,2)	
Outras	(114)	(0,1)	(146)	-	
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	162.711	99,2	323.512	99,8	
5 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(447)	(0,3)	(447)	(0,2)	
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	162.264	98,9	323.065	99,7	
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.822	1,1	1.496	0,5	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	1.822	1,1	1.496	0,5	
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	164.086	100,0	324.561	100,0	
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	164.086	100,0	324.561	100,0	
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições	79.173	48,2	143.097	44,1	
Federais	76.704	46,7	139.963	43,1	
Municipais	2.469	1,5	3.134	1,0	
9.2) Remuneração de Capitais Próprios	84.913	51,8	181.464	55,9	
Dividendos	-	-	43.098	13,3	
Juros sobre o Capital Próprio	26.700	16,3	-	-	
Lucros Retidos	58.213	35,5	138.366	42,6	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas no custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais há capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e resumidos nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que con-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMM e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisões para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 13.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisões para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata dia*).

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

- São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	8.334	6.930
Total de disponibilidades (caixa)	8.334	6.930
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	13.821.394	9.163.553
Total caixa e equivalentes de caixa	13.829.728	9.170.483

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	Em 30 de junho - R\$ mil			2015			2014		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (3)	26.267.087	601.041	316.711	2.273.236	29.458.075	29.458.079	(4)	16.497.718	245
Letras financeiras do tesouro	1.146.044	601.041	311.371	2.112.631	4.171.087	4.171.091	(4)	1.843.437	245
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	3.905	-
Debêntures	-	-	4.768	153.110	157.878	157.878	-	62.672	-
Letras do tesouro nacional	7.096.122	-	572	7.495	7.104.189	7.104.189	-	4.683.268	-
Notas do tesouro nacional	18.024.921	-	-	-	18.024.921	18.024.921	-	9.904.436	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	43	27
Ações	-	-	-	-	-	-	-	43	27
Total em 2015	26.267.087	601.041	316.711	2.273.236	29.458.075	29.458.079	(4)	16.497.761	272
Total em 2014	14.670.012	427.194	228.226	1.172.329	29.458.075	29.458.079	(4)	16.497.761	272

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No encerramento do semestre a Bradesco Leasing possuía R\$ 29.396.966 mil (2014 - R\$ 15.820.677 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos caracterizados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	2.907.244	3.231.099
Títulos de renda fixa	1.489.620	459.238
Total	4.396.864	3.690.337

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014.

Análise de sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição.

De acordo com a natureza das suas atividades, a Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil possui em seu portfólio apenas operações classificadas na Carteira *Banking*.

	Carteira <i>Banking</i> (1)					
	Junho 2015			Junho 2014		
	1	2	3	1	2	3
Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(154)	(50.508)	(96.220)	(191)	(53.527)	(103.124)
Índices de preços	(2)	(202)	(351)	-	-	-
Cupom cambial	(1)	(25)	(50)	-	-	-
Moeda estrangeira	(94)	(2.350)	(4.700)	-	(6)	(13)
Renda variável	(238)	(5.962)	(11.924)	-	-	-
Total sem correlação	(489)	(59.047)	(113.245)	(191)	(53.533)	(103.137)
Total com correlação	(324)	(52.054)	(99.301)	(191)	(53.528)	(103.126)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

	Curso anormal						Total em		Total geral em	
	Parcelas vencidas						2015		2014	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	(C)	(A+B+C)	(A+B+C)
Operações de arrendamento mercantil	12.299	11.526	10.915	30.213	47.118	90.262	202.333	273.021	3.529.798	4.716.310
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.931
Total em 2015	12.299	11.526	10.915	30.213	47.118	90.262	202.333	273.021	3.529.798	4.716.310
Total em 2014	16.423	15.408	14.799	41.478	64.529	120.384	-	-	3.529.798	4.719.241

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015		2014	
	2015	%	2014	%
Maior devedor	70.278	2,0	65.538	1,4
Dez maiores devedores	386.777	11,0	417.126	8,8
Vinte maiores devedores	560.969	15,9	606.669	12,9
Cinquenta maiores devedores	915.691	25,9	995.100	21,1
Cem maiores devedores	1.246.985	35,3	1.379.959	29,2

e) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015		2014	
	2015	%	2014	%
Setor privado	3.529.798	100,0	4.719.241	100,0
Indústria	658.855	18,7	913.824	19,4
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	126.007	3,6	187.084	4,0
Alimentícia e bebidas	102.148	2,9	129.550	2,7
Extração de minerais metálicos e não metálicos	42.096	1,2	72.305	1,5
Química	54.542	1,5	69.762	1,5
Edição, impressão e produção	41.970	1,2	62.967	1,3
Artigos de borracha e plásticos	60.489	1,7	79.519	1,7
Materiais não metálicos	42.078	1,2	64.474	1,4
Móveis e produtos de madeira	50.162	1,4	60.544	1,3
Têxtil e confecções	24.781	0,7	39.346	0,8
Autopeças e acessórios	29.665	0,8	46.413	1,0
Eletrônica	21.130	0,6	31.815	0,7
Refino de petróleo e produção de álcool	14.375	0,4	18.408	0,4
Papel e celulose	14.790	0,4	15.415	0,3
Artefatos de couro	13.132	0,4	5.219	0,1
Veículos leves e pesados	11.655	0,3	14.164	0,3
Demais indústrias	9.835	0,3	16.839	0,4

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				%	Provisão mínima requerida				
		Curso normal		Curso anormal			Específica		Total		
		Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas		Vencidas	Vincendas	2015	2014	
AA	-	72.960	-	72.960	1,1	-	-	-	-	-	-
A	0,5	465.150	-	465.150	23,2	-	-	-	-	-	-
B	1,0	2.652.858	13.931	2.666.789	75,6	9	131	26.528	26.668	12,6	14.110
C	3,0	18.310	25.219	43.529	1,2	70	686	549	1.305	0,6	67.153
Subtotal		3.209.278	39.150	3.248.428	92,1	79	817	29.403	30.299	14,3	83.515
D	10,0	13.349	36.604	49.953	1,4	461	3.200	4.996	2,4	19.354	5,5
E	30,0	13.718	21.236	34.954	1,0	1.171	5.199	4.116	10.486	4,9	15.650
F	50,0	12.694	21.191	33.885	1,0	2.241	8.355	6.347	16.943	8,0	27.426
G	70,0	2.514	41.887	44.401	1,3	5.821	23.500	1.760	31.081	14,7	15.157
H	100,0	17.159	101.018	118.177	3,2	34.251	66.767	17.159	118.177	55,7	188.695
Subtotal		59.434	221.936	281.370	7,9	43.945	107.021	30.717	181.683	85,7	266.282
Total em 2015		3.268.712	261.086	3.529.798	100,0	44.024	107.838	60.120	211.982	100,0	349.797
%		92,6	7,4	100,0		20,8	50,9	28,3	100,0		349.797
Total em 2014		4.372.251	346.990	4.719.241		53.078	130.918	165.801	273.021		100,0
%		92,7	7,3	100,0		15,2	37,4	47,4	100,0		100,0

(1) Inclui os valores litigiosos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Saldo inicial	233.832	386.358
Constituição/(Reversão) de provisão	(12.920)	(26.598)
Baixas para prejuízo	(8.930)	(9.973)
Saldo final	211.982	349.797
- Provisão específica (1)	151.862	183.996
- Provisão genérica (2)	60.120	165.801
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)	33.705	45.626
Renovação de créditos no período	49.446	25.009

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

h) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Receitas de arrendamento mercantil	1.206.257	1.514.651
Despesas de arrendamento mercantil	(980.050)	(1.229.213)
Total	226.207	285.438

i) Imobilizado de arrendamento (1)

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Veículos e afins	4.173.542	5.715.469
Máquinas e equipamentos	2.649.978	3.135.358
Aeronaves	2.090.465	2.123.688
Outros em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3f - IV)	474.940	507.601
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3f - IV)	137.057	140.187
Total de bens arrendados (Nota 7b)		

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial":

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social (%) (2)	Lucro líquido	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2015	2014	2015	2014
			Em 30 de junho - R\$ mil				2015	2014	2015	2014
Aquarius Holdings Ltda.	37.400	74.798	-	7.292	19.500	14.586	13.548	577	427	
Serel Participações em Imóveis S.A.	200.000	1.763.416	257	2.929	1.7807	30.873	28.457	1.245	1.069	
Total						45.459	42.005	1.822	1.496	

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável; e
(2) Investimentos com participações inferiores a 20%, entretanto foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial por serem as investidas integralmente controladas pela Organização Bradesco.

b) Outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações por incentivos fiscais	25.988	25.988
Títulos patrimoniais	3	3
Outros	403	403
Subtotal	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
Total	6.815	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO

Imóveis de uso:	Taxa	Custo	Custo líquido de depreciação	
			2015	2014
			Em 30 de junho - R\$ mil	
Torre de escritórios	-	2.714	-	2.714
- Edificações	4%	22.342	(21.681)	661
Outras imobilizações de uso	20%	155	(155)	-
Total em 2015		25.211	(21.836)	3.375
Total em 2014		25.211	(20.942)	4.269

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação		Remuneração	Valor contábil	
	Vencimento	2025		2015	2014
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	11.179.520	11.210.364
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	12.225.346	11.345.297
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	21.066.973	24.538.009
Janeiro/2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	13.869.590	12.947.532
Junho/2011 (5)	4.750.000	2016	100% CDI	5.862.322	6.197.022
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	6.186.614	6.118.424
Outubro/2012 (6)	10.000.000	2032	100% CDI	7.361.195	5.636.233
Total	43.075.000			77.751.560	77.592.881

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 4.369.392 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.370.948 mil.
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 1.536.205 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 482.002 mil. Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,5 bilhões, com prazo de 20 anos, contantos da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 20.606.773 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 6.465.616 mil. Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contantos da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 765.819 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 159.163 mil.
- Simples, 190.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contantos da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 14.619.715 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.066.250 mil da 1ª série e 10.173.235 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 741.957 mil da 2ª série.
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contantos da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2015 contempla 427.606.487 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 5.499.180 mil.

b) Repactuação de debêntures

Não houve repactuação das debêntures nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

c) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no semestre findo somou R\$ 4.440.787 mil (2014 - R\$ 3.679.911 mil), apropriadas em contas de resultado.

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

	Em 30 de junho - R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2015	2014
	FINAME	5.499	4.969	18.534	22.326	40.690	15.897	107.915
Total em 2015	5.499	4.969	18.534	22.326	40.690	15.897	107.915	183.704
	5,1	4,6	17,2	20,7	37,7	14,7	100,0	
Total em 2014	8.338	7.726	27.707	35.412	76.827	27.694	183.704	
	4,5	4,2	15,1	19,3	41,8	15,1	100,0	

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante de despesas de operações FINAME no semestre somou R\$ 1.884 mil (2014 - R\$ 3.458 mil), apropriadas em contas de resultado.

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repaguje); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos civis

São pedidos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

CPMF - R\$ 117.099 mil (2014 - R\$ 112.080 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, inobservadas as Leis I, XIX e XXVI. IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 141.806 mil (2014 - R\$ 129.793 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativa aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14 da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	25	72.969	274.952
Atualização monetária	1	4.337	11.253
Constituições líquidas de reversões	(26)	2.236	(5.288)
Pagamentos	-	(7.650)	-
Saldo em 30 de junho de 2015 (Nota 14)	-	71.892	280.917
Saldo em 30 de junho de 2014 (Nota 14)	255	68.665	266.441

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências dos processos judiciais e previdenciários, a reclassificação dos riscos e o pagamento de capital próprio, intercorrendo provisões avaliadas como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.150.716 mil (2014 - R\$ 1.124.351 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões fiscais (Nota 13b)	280.917	266.441
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	599.934	690.364
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	12.961	28.435
Impostos e contribuições a recolher	1.957	3.122
Total	895.769	988.362

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)	2.767.332	3.140.747
Provisões cíveis (Nota 13b)	71.892	68.665
Obrigações por aquisição de bens e direitos	677	918
Provisões trabalhistas (Nota 13b)	-	255
Outras	15.119	23.238
Total	2.855.020	3.233.823

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.290.000 mil (2014 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	751.438	609.034
- Reserva legal (1)	233.760	218.610
- Reservas estatutárias (2)	517.678	390.424

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

As ações são asseguradas juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intercorrendo provisões, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos semestres findos em 30 de junho:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido	84.913	181.464
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(4.246)	(9.073)
Base de cálculo	80.667	172.391
Dividendos propostos (1)	43.098	43.098
Juros sobre o capital próprio (2)	26.700	-
Imposto de renda retido na fonte	(4.005)	-
Valor líquido a pagar	22.695	-
Percentual em relação à base de cálculo	28,1%	25,0%
Valor em Reais por ação	969,96	1.840,06

(1) Não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido a juros sobre o capital próprio distribuídos ser superior ao mínimo obrigatório de 25%; e
(2) A Reunião da Diretoria de 27.2.2015 declarou juros sobre o capital próprio provisionados no montante de R\$ 26.700 mil pagos em 04.3.2015.

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Serviços técnicos especializados	11.498	5.006
Jurídicas processuais	7.971	8.601
Serviços do sistema financeiro	2.676	1.176
Processamento de dados	1.171	756
Apreensão de bens	997	2.097
Propaganda, promoções e publicidade	577	708
Depreciações e amortizações	447	447
Serviços de terceiros	100	187
Emolumentos judiciais e cartorários	42	117
Outras	14	146
Total	25.593	19.241

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à Cofins	7.927	13.051
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2.469	2.121
Contribuição ao PIS	1.288	3.134
Outras (1)	11.673	2.185
Total	23.357	20.491

(1) Refere-se basicamente a despesas com IPVA de veículos arrendados.

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Outras receitas financeiras	32.982	25.096
Reversões de provisões cíveis e fiscais	4.301	1.073
Cadastro	2.753	4.215
Outras	527	2
Total	40.563	30.386

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

DIRETORIA
Conselho de Administração
Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros

Antônio Borna

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

José Alcides Munhoz

Aurélio Conrado Boni

Diretoria
Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores Vice-Presidentes

Domingos Figueiredo de Abreu

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente

Marco Antonio Rossi

Alexandre da Silva Glúher

Josué Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas

Marcelo de Araújo Noronha

Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores

Luiz Carlos Angelotti

 Marcelo da Silva Rego
Contador – CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 7i. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de julho de 2015


 KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

 Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0